

DIMENSÃO POLÍTICA DAS RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: A MOBILIZAÇÃO COLETIVA DE RESIDENTES NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL DO SUS

Sistema Único de Saúde; Participação social; Controle social; Política de saúde

Introdução

As residências em saúde constituem política pública estratégica para a formação em serviço no Sistema Único de Saúde (SUS), articulando ensino, cuidado, gestão e trabalho. Para além da qualificação técnico-assistencial, configuram-se como espaços de inserção dos residentes nos processos de participação e controle social, possibilitando sua atuação em instâncias democráticas como conselhos e conferências de saúde. Nesses espaços, diferentes projetos de SUS, modelos de gestão e concepções de cuidado entram em disputa, evidenciando que a formação em serviço é atravessada por relações de poder, processos democráticos e construção coletiva das políticas públicas. Este estudo objetivou analisar como a participação de residentes em espaços de controle social evidencia a dimensão política das residências em saúde.

Métodos

Trata-se de relato de experiência de natureza analítico-reflexiva, fundamentado na sistematização da participação de residentes em instâncias de controle social do SUS. A experiência compreendeu a mobilização coletiva de residentes para viabilizar sua participação, envolvendo articulação entre pares e negociação com instituições formadoras para garantir liberação das atividades da residência. Os residentes participaram do conselho local de saúde, da pré-conferência e da conferência municipal de saúde, atuando na comissão organizadora, nos grupos de trabalho temáticos, na elaboração e defesa de propostas e na plenária deliberativa, culminando na eleição de residentes como delegados. A análise foi orientada pelos referenciais da Análise Institucional, especialmente pela noção de implicação, articulada à perspectiva foucaultiana sobre relações de poder e governamentalidade.

Resultados / Discussão

A mobilização coletiva evidenciou que a participação social não ocorre de forma espontânea, mas resulta da organização política dos residentes, da articulação entre pares e da negociação institucional para garantir sua inserção nos espaços democráticos do SUS. A necessidade de negociação para liberação das atividades revelou tensões entre exigências da formação em serviço e o exercício do direito à participação social. A experiência ampliou a compreensão dos residentes sobre gestão, governança e tomada de decisão, favorecendo atuação na organização da conferência, na construção e defesa de propostas e nos processos deliberativos. A eleição de residentes como delegados fortaleceu sua representatividade e ampliou sua inserção nos espaços de formulação das políticas públicas. Conselhos e conferências configuraram-se como espaços formativos de negociação, conflito e construção coletiva em torno da integralidade, equidade, justiça social e direito à saúde. A análise evidenciou que relações hierárquicas e assimetrias de poder podem limitar a participação de trabalhadores, usuários, gestores e residentes. Ao mesmo tempo, revelou o controle social como potente dispositivo formativo, fortalecendo protagonismo político, compreensão crítica dos determinantes sociais da saúde e compromisso com a defesa do SUS.

Considerações Finais

A experiência demonstra que a participação organizada dos residentes fortalece a dimensão política das residências em saúde ao ampliar sua inserção nos processos de gestão democrática, formulação de políticas públicas e defesa do SUS. A mobilização coletiva evidencia que a participação social constitui também processo de disputa institucional e afirmação de direitos, potencializando protagonismo político e reafirmando o controle social como espaço formativo para profissionais comprometidos com democracia, equidade, justiça social e fortalecimento do SUS.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Lei nº 8.142/1990. Participação da comunidade na gestão do SUS. DOU, 1990. BRASIL. MS/MEC. Portaria Interministerial nº 8.995/2025. Política Nacional de Residências em Saúde. DOU, 2025. BRASIL. CNS. Resolução nº 453/2012. CECCIM; FEUERWERKER. O quadrilátero da formação para a área da saúde. Physis, 2004. FOUCAULT. Microfísica do poder. Paz e Terra, 2014. LOURAU. A análise institucional. Vozes, 2014. PAIM. O que é o SUS. Fiocruz, 2015.